

AUTORES(AS) CONVIDADOS(AS)

CIÊNCIA E VOZES DA AMAZÔNIA NA COP 30: a Conferência do Clima como Encruzilhada Epistemológica e Política

Lise Tupiassu⁷⁵

Antonio Maués⁷⁶

Resumo: a realização da COP 30 em Belém deve ser lida como uma convocação urgente para que o mundo escute e aprenda com a Amazônia. Nesse sentido, a Universidade Federal do Pará lançou o movimento “Ciência e Vozes da Amazônia na COP 30”, com o objetivo de construir, a partir dos saberes produzidos na região, uma agenda de propostas viáveis, sustentáveis e baseadas no protagonismo local.

Palavras-chave: crise climática; Amazônia; COP 30.

⁷⁵ Professora do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará. Pós-Doutora em Financiamento Climático pela Columbia University. Doutora em Direito Público pela Université Toulouse 1 – Capitole. Pró-Reitora de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pará.

⁷⁶ Professor Titular do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

Abstract: the upcoming COP 30 in Belém should be seen as an urgent call for the world to listen to and learn from the Amazon. In this regard, the Federal University of Pará has launched the movement “Science and Voices of the Amazon at COP 30,” with the goal of building an agenda of viable and sustainable proposals based on local protagonism and the knowledge created in the region.

Keywords: climate crisis; Amazon; COP 30.

Em novembro de 2025, a cidade de Belém do Pará sediará um dos eventos mais relevantes do século XXI no que se refere ao enfrentamento das mudanças climáticas: a 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Essa escolha, que inscreve a Amazônia no centro do debate climático internacional, ultrapassa o mero simbolismo geográfico. Trata-se de uma inflexão política, geoestratégica e civilizatória, que reposiciona o Brasil e os povos da Pan-Amazônia como atores indispensáveis na construção de soluções plurais, justas e efetivas para a crise do clima.

Desde a Rio-92 — a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que lançou as bases da UNFCCC — as COPs têm se consolidado como arenas centrais de negociação climática global, reunindo anualmente os 198 países signatários para definir compromissos multilaterais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ao longo dessas três décadas, as COPs foram palco de importantes tratados, como o Protocolo de Quioto (1997) e o Acordo de Paris (2015), mas também de inúmeras

controvérsias, impasses e tensões, refletindo os conflitos assimétricos entre países emissores históricos e nações em desenvolvimento, entre interesses corporativos e direitos coletivos, entre o conhecimento científico dominante e os saberes locais frequentemente marginalizados.

A realização da COP 30 em território amazônico ocorre em um momento particularmente crítico. De um lado, as evidências científicas sobre o agravamento da crise climática são inquestionáveis: o último relatório do IPCC (2023) alertou para a iminência de ultrapassarmos o limite de 1,5°C de aquecimento global já na próxima década. De outro, a Amazônia — que historicamente tem sido apresentada como “solução” climática por sua capacidade de sequestro de carbono e seus estoques de biodiversidade — vive um cenário de crescente pressão antrópica, com desmatamento, mineração ilegal, queimadas, avanço do agronegócio, perda de territórios e violações sistemáticas dos direitos de seus povos originários e comunidades tradicionais.

A presença da COP nesse território, portanto, não deve ser lida apenas como uma oportunidade de projetar a Amazônia para o mundo, mas como uma convocação urgente para que o mundo escute e aprenda com a Amazônia. Para que isso ocorra, é preciso compreender a complexidade estrutural do evento. A COP se divide, formalmente, em duas grandes zonas. A primeira, chamada de Zona Azul, é coordenada pelas Nações Unidas e comporta as negociações oficiais entre diplomatas e representantes dos governos. Trata-se de um espaço institucionalizado, altamente regulado, onde se define o

texto final das decisões e resoluções da Conferência. O acesso à Zona Azul é restrito aos delegados oficiais e às instituições com status de observadoras perante a UNFCCC. A segunda, conhecida como Zona Verde, é um espaço mais dinâmico, participativo e plural, voltado à sociedade civil, movimentos sociais, instituições acadêmicas, empresariado e povos tradicionais, no qual ocorrem exposições, apresentações culturais, painéis, feiras e mesas de diálogo sobre os mais diversos temas ligados à justiça climática, inovação, transição energética e biodiversidade.

É nesse ecossistema ampliado que emergem os chamados *side events*, eventos paralelos que não apenas acompanham o processo oficial, mas frequentemente o tensionam, informam e influenciam. Embora os representantes dos países sejam os únicos com poder formal de decisão nas deliberações, a COP tem se transformado, progressivamente, em um espaço onde diferentes vozes disputam sentidos, valores e caminhos possíveis para o futuro do planeta. As mobilizações na Zona Verde, as articulações de coalizões transnacionais, os protestos e as exposições de saberes ancestrais e dados científicos são estratégias de incidência política que já demonstraram capacidade de alterar agendas, influenciar a opinião pública global e até modificar a posição de delegações durante as rodadas oficiais.

Nesse contexto, a presença ativa das instituições científicas e dos povos amazônidas é mais do que estratégica: é estruturante. A floresta amazônica, como se sabe, cumpre papel insubstituível na regulação hídrica e climática da Terra. Mas sua importância vai

muito além da função ecossistêmica. A Amazônia é também um território epistemológico, onde saberes milenares, modos de vida sustentáveis e práticas coletivas de cuidado com a natureza foram desenvolvidos muito antes do surgimento das modernas ciências climáticas. Reconhecer esses saberes não como objetos de estudo, mas como epistemologias válidas e potentes, implica revisar os modelos convencionais de desenvolvimento, inovação e governança ambiental.

A COP 30 também se distingue pelo ambiente político favorável à participação da sociedade civil. Após edições marcadas por retrocessos democráticos — como a COP 27 no Egito e a COP 28 nos Emirados Árabes Unidos, ambas realizadas sob severas restrições à liberdade de expressão e organização —, a conferência de Belém será sediada em um país com regime democrático e, mais do que isso, com forte tradição de mobilização socioambiental. Desde 2023, universidades públicas, centros de pesquisa, redes de povos indígenas, quilombolas, movimentos de juventude, coletivos de mulheres e ONGs amazônicas têm promovido encontros preparatórios, oficinas territoriais e campanhas para garantir que as propostas oriundas da região estejam presentes na agenda da Conferência.

Inspirado por essa perspectiva, o Presidente da COP 30, Embaixador André Corrêa do Lago, publicou em março de 2025 sua primeira carta à comunidade internacional, propondo que a condução do evento seja orientada pelo conceito indígena de *motirõ*, termo de origem tupi-guarani que designa o esforço coletivo e

voluntário de uma comunidade em benefício comum. A proposta de um “mutirão global contra a mudança do clima” transcende a retórica: ela convida os povos a colaborarem entre si, partilhando tecnologias, conhecimentos e solidariedade. Essa concepção desafia o modelo vertical e tecnocrático de tomada de decisões, e reconhece que a cooperação global só será eficaz se for também intercultural, horizontal e plural.

Com base nesse espírito, a Universidade Federal do Pará (UFPA), maior instituição de ensino e pesquisa da Pan-Amazônia, lançou o movimento “Ciência e Vozes da Amazônia na COP 30”. Com mais de 50 mil integrantes em sua comunidade acadêmica, distribuídos em 12 campi regionais, a UFPA tem atuado como articuladora de uma ampla rede de instituições, movimentos sociais, coletivos territoriais e centros de pesquisa para fortalecer a presença amazônica na COP. O movimento foi oficialmente lançado em 5 de fevereiro de 2025, em um grande evento realizado em Belém, com a presença de 11 reitores de universidades amazônicas, lideranças indígenas, representantes governamentais — incluindo a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva — e centenas de participantes dos mais diversos segmentos sociais.

O evento inaugural demonstrou na prática a potência do diálogo entre ciência e sociedade, ao reunir mesas compostas por acadêmicos, gestores, estudantes e representantes de povos tradicionais. Essa estrutura plural expressa o objetivo do movimento: construir pontes entre o conhecimento técnico-científico e os saberes populares, entre os dados empíricos e as narrativas de resistência,

entre as proposições normativas e as realidades vividas nos territórios.

Para fortalecer esse esforço de escuta e difusão, foi lançado o portal <https://amazonianacop.ufpa.br/>, com conteúdos em português, inglês, francês e espanhol. O site reúne notícias, agendas, publicações e materiais multimídia, funcionando como repositório e vitrine das ações amazônicas para a COP. Um dos seus principais produtos é a revista mensal “Ciência e Vozes da Amazônia”, também publicada nos quatro idiomas, que articula textos acessíveis, entrevistas, ensaios visuais e artigos científicos produzidos por pesquisadores/as da região, bem como por lideranças comunitárias e jovens ativistas. A proposta editorial da revista é democratizar o conhecimento, multiplicar vozes e visibilizar experiências locais de enfrentamento à crise climática.

Nas palavras do Reitor da UFPA, Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva: “A COP 30 é mais do que uma vitrine internacional. É uma oportunidade de reposicionar as populações amazônicas como protagonistas da ação climática global. São essas comunidades que historicamente protegem os ecossistemas dos quais toda a humanidade depende. Por isso, é essencial que suas vozes sejam escutadas e suas propostas incorporadas às negociações”.

Ao longo de 2025, o movimento “Ciência e Vozes da Amazônia” promoverá eventos temáticos sobre justiça climática, bioeconomia, segurança alimentar, energias renováveis, educação ambiental, saúde e direitos territoriais. A intenção é construir, com base nos saberes produzidos na região, uma agenda de propostas

viáveis, sustentáveis e baseadas no protagonismo local.

Com isso, espera-se que a COP 30 na Amazônia não seja apenas mais uma conferência do clima, e sim um marco de transformação nas formas de construir políticas climáticas. Que Belém se converta em encruzilhada epistemológica e lugar de escuta ativa. Que a Amazônia fale por si — com sua ciência, suas vozes e sua floresta viva.